

HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

Termo de Referência 50/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
50/2026	783702-HOSPITAL NAVAL DE RECIFE	ANNAYZA PRISCILLA DE MORAES VELOSO	26/05/2026 11:10 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		63066.000884/2026-03

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63066.000884/2026-03)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de esterilização de artigos médico-hospitalares termossensíveis, executados por meio do processo de Plasma de Peróxido de Hidrogênio, cujos itens, quantidades e valores estão detalhados no Anexo I deste Termo de Referência, observadas integralmente as condições, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Em caso de divergência entre as descrições contidas neste Termo de Referência e as especificações constantes do CATSER, prevalecerão aquelas descritas no Anexo I, que integra o presente documento para todos os fins legais e administrativos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de esterilização de artigos médico-hospitalares termossensíveis através do processo a Plasma de Peróxido de Hidrogênio (LOTE ÚNICO)	14273	Serviço	01	R\$ 133.849,70	R\$ 133.849,70

1.3. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade  
O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns) de Esterilização, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução  
O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é uma demanda permanente desta OM apoiando logisticamente o cumprimento da missão assistencial deste Hospital, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. Prazo de vigência  
1.5.1.O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 12 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.2.O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Hospital Naval de Recife (HNRe) tem como missão “contribuir para a eficácia do Sistema de Saúde da Marinha no tocante à execução das atividades técnicas de Medicina Assistencial, Medicina Operativa e parcela da Medicina Pericial, na área do Comando do 3º Distrito Naval”. A unidade funciona ininterruptamente, nos turnos diurno e noturno, prestando atendimento aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha no Estado de Pernambuco e, em determinadas especialidades, também aos usuários oriundos da Paraíba e Alagoas. Todas as atividades desenvolvidas observam rigorosamente as normas expedidas pelos órgãos de vigilância sanitária aplicáveis ao ambiente hospitalar.

2.2. No que tange aos processos de esterilização, embora o hospital disponha do método de esterilização a vapor saturado sob pressão, há artigos médico-hospitalares que, por serem termossensíveis, necessitam ser submetidos à esterilização por peróxido de hidrogênio, tecnologia não disponível atualmente na instituição. Dessa forma, torna-se indispensável a contratação de serviço terceirizado especializado, capaz de assegurar a qualidade e a segurança necessárias ao reprocessamento desses materiais.

2.3. Considerando a demanda assistencial do hospital e a necessidade de entrega ágil dos materiais esterilizados, o envio para empresas localizadas em outros estados mostra-se inviável, uma vez que o tempo de retorno superaria 06 (seis) horas, comprometendo a continuidade dos atendimentos. Por outro lado, empresas situadas no Estado de Pernambuco, em especial no município de Recife, possuem condições logísticas adequadas para atender em tempo hábil, garantindo a disponibilidade dos artigos processados e a manutenção da eficiência dos serviços prestados pelo Hospital Naval de Recife.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1.Esterilização de artigos médico-hospitalares termossensíveis por meio do processo de Plasma de Peróxido de Hidrogênio, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência, podendo a contratação ser renovada até o limite máximo de vinte e quatro meses, nos termos e condições previstos neste instrumento.

3.2.A execução dos serviços terá início na data de assinatura do contrato, com vigência inicial de doze meses, podendo ser renovada por mais doze meses, até o limite máximo de vinte e quatro meses, mediante a formalização de Termos Aditivos.

3.3.O recebimento provisório dos serviços deverá ocorrer no prazo de 06 (seis) horas, contado do momento da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, com vistas à posterior verificação de conformidade dos serviços prestados em relação às especificações constantes no Termo de Referência.

3.4.Os serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, caso não atendam às exigências contratuais e técnicas, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, às custas exclusivas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

3.5.O recebimento definitivo será efetuado no prazo de 12 (doze) horas, contadas do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos serviços executados, bem como dos materiais empregados, com formalização de termo circunstanciado de aceitação.

3.6.Na hipótese de a verificação mencionada não ser realizada dentro do prazo estabelecido, o recebimento definitivo será considerado consumado ao término do prazo previsto, reputando-se como aceito o serviço entregue.

3.7.O recebimento, seja provisório ou definitivo, não exime a Contratada da responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes da execução inadequada do contrato. Considerando as necessidades da Administração, a solução adotada encontra respaldo na Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A execução dos serviços especializados de esterilização de artigos médico-hospitalares termossensíveis deverá ser realizada em instalações adequadas, devidamente estruturadas e compatíveis com o processo de Plasma de Peróxido de Hidrogênio, observando rigorosamente as normas técnicas, sanitárias e de biossegurança aplicáveis, em especial as disposições da RDC nº 15/2012 e RDC nº 665/2022, ambas da Anvisa.

4.2. O serviço deverá ser executado por empresa devidamente licenciada pelos órgãos competentes (Anvisa, Vigilância Sanitária e Conselho Regional de Classe, quando aplicável), utilizando equipamentos validados, calibrados e submetidos à manutenção preventiva e corretiva periódica, conforme as recomendações do fabricante e as normas técnicas vigentes.

4.3. A CONTRATADA deverá garantir que todo o processo de esterilização seja conduzido por profissionais qualificados e capacitados, sob supervisão técnica de responsável legalmente habilitado, com registro ativo no respectivo conselho profissional, assegurando rastreabilidade, controle de ciclo e validação documental de cada carga esterilizada.

4.4. Os artigos médico-hospitalares deverão ser recebidos, processados, acondicionados, esterilizados e devolvidos em conformidade com as boas práticas de processamento de produtos para saúde, mantendo a integridade, identificação e rastreabilidade durante todas as etapas.

4.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar meio de comunicação direta com o setor responsável do Hospital Naval de Recife, a fim de permitir o acompanhamento em tempo real da execução dos serviços, bem como o tratamento imediato de eventuais não conformidades, devoluções ou urgências.

4.6. Por ocasião da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar:

- a) Licenciamento sanitário vigente, emitido pela autoridade competente;
- b) Certificados de calibração e validação dos equipamentos utilizados no processo de esterilização;

- c) Plano de Manutenção Preventiva dos equipamentos críticos;
  - d) Relação de profissionais envolvidos, com comprovação de capacitação técnica e responsabilidade formal do responsável técnico;
  - e) Política de controle de qualidade e rastreabilidade dos processos de esterilização.
- 4.7. Todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços — incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, operacionais, materiais de consumo, manutenção de equipamentos, insumos, validações e controles de qualidade — serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.8. A CONTRATADA deverá manter seguro operacional que cubra danos decorrentes de falhas no processo de esterilização, bem como seguro de responsabilidade civil profissional, a fim de resguardar a continuidade e a segurança da execução contratual.
- 4.9. O valor contratado deverá contemplar todas as despesas inerentes à execução do serviço, inclusive impostos, insumos, mão de obra especializada, manutenção de equipamentos, controle de qualidade, rastreabilidade e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto.
- 4.10. A empresa deverá possuir autorização e credenciamento junto aos órgãos fiscalizadores competentes, bem como comprovar experiência anterior comprovada em serviços de esterilização por Plasma de Peróxido de Hidrogênio em unidades de saúde públicas ou privadas.

### Sustentabilidade

- 4.11. Além dos critérios de sustentabilidade previstos na legislação vigente e na descrição do objeto, deverão ser observadas as seguintes diretrizes, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e com o Art. 225 da Constituição Federal:
- 4.11.1. Utilização de equipamentos e tecnologias de esterilização que minimizem o consumo energético e a geração de resíduos;
  - 4.11.2. Adoção de práticas de gestão ambiental no descarte de materiais e insumos utilizados no processo;
  - 4.11.3. Cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), com destinação adequada dos resíduos gerados;
  - 4.11.4. Implementação de controles que reduzam a emissão de gases e o consumo de água;
  - 4.11.5. Priorização de fornecedores que adotem políticas de sustentabilidade e certificações ambientais reconhecidas

### Subcontratação

- 4.12. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas em lei.

### Garantia da Contratação

- 4.13. Não haverá exigência de garantia contratual, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, salvo determinação em contrário pela Administração.

### Vistoria

- 4.14. Não se faz necessária a realização de vistoria prévia no local de execução dos serviços, sem prejuízo de posteriores fiscalizações técnicas ou sanitárias pela CONTRATANTE.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1.1. O início da execução dos serviços ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
- 5.1.2. O serviço de esterilização de artigos médico-hospitalares termossensíveis deverá ser realizado conforme demanda formal da CONTRATANTE, registrada pelos setores requisitantes do Hospital Naval de Recife, mediante identificação do responsável e descrição do tipo e quantidade de materiais a serem processados.
- 5.1.3. As rotinas operacionais e fluxos internos entre os setores demandantes e a CONTRATADA deverão seguir o estabelecido em Anexo III, podendo ser alterados durante a vigência contratual, desde que mantidas as condições técnicas e quantitativas previstas na tabela descritiva do objeto constante no item Anexo I deste instrumento.
- 5.1.4. As requisições de esterilização serão realizadas por demanda, com registros eletrônicos formalizados e rastreáveis, conforme meio definido pela CONTRATANTE no ato da assinatura do contrato.
- 5.1.5. A CONTRATADA deverá assegurar disponibilidade operacional contínua, com equipamentos validados e em perfeito estado de funcionamento, garantindo que os processos de esterilização sejam concluídos dentro dos prazos acordados e conforme as boas práticas estabelecidas pelas normas sanitárias vigentes.
- 5.1.6. O processo de Plasma de Peróxido de Hidrogênio deverá ser executado em conformidade com as Resoluções da ANVISA, em especial a RDC nº 15, de 15 de março de 2012, e demais legislações aplicáveis, assegurando o controle de parâmetros críticos, como concentração do agente esterilizante, tempo de exposição, temperatura e pressão.
- 5.1.7. A CONTRATADA deverá manter registros completos e rastreáveis de todos os ciclos de esterilização realizados, incluindo: número do lote, identificação dos materiais, data e hora do ciclo, parâmetros validados e resultados de controles biológicos e químicos, os quais deverão estar disponíveis à fiscalização sempre que solicitados.
- 5.1.8. Qualquer intercorrência técnica que comprometa a qualidade do processo deverá ser imediatamente registrada e comunicada à CONTRATANTE, com descrição das medidas corretivas adotadas.
- 5.1.9. Em caso de descumprimento de prazos operacionais ou falhas de processo, os descontos nos pagamentos serão aplicados conforme o Índice de

Medição de Resultados (IMR), constante do Anexo II deste instrumento.

5.1.10. A CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente os relatórios de execução dos serviços, contendo a quantitativa de ciclos realizados, tipos de materiais processados, resultados dos testes de controle e registros de manutenção dos equipamentos, os quais serão anexados à respectiva Nota Fiscal de cobrança para fins de auditoria e fiscalização.

5.1.11. É de responsabilidade da CONTRATADA assegurar a integridade, rastreabilidade e esterilidade dos artigos processados, bem como a segurança dos profissionais envolvidos, observando integralmente as normas de biossegurança e controle de qualidade.

5.1.12. Todo o pessoal envolvido na execução dos serviços deverá ser devidamente capacitado, com comprovação de treinamento técnico específico para o manuseio e operação de equipamentos de Plasma de Peróxido de Hidrogênio, conforme exigido pela RDC nº 15/2012.

## 5.2. Fiscalização e controle contratual

Embora a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços de esterilização, o Hospital Naval de Recife, por meio de seus fiscais designados, reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução contratual, podendo:

5.2.1. Solicitar, a qualquer momento, a substituição de equipamentos, insumos ou pessoal técnico utilizados na execução dos serviços, caso identifique inadequações técnicas ou operacionais.

## Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão executados nas instalações da CONTRATADA, localizadas em Recife/PE e Região Metropolitana (Recife), durante o horário de 07h às 22h, de segunda a sexta-feira, conforme a demanda da CONTRATANTE.

Materiais e equipamentos

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamentos validados de esterilização por Plasma de Peróxido de Hidrogênio, bem como todos os materiais, insumos, indicadores biológicos e químicos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades exigidas, promovendo sua substituição imediata quando necessário.

## Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços observará o disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber, e estará condicionado à eficácia comprovada da esterilização mediante os controles biológicos e químicos exigidos pela legislação sanitária.

## Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Em virtude das características técnicas e operacionais do objeto, não serão necessários procedimentos específicos de transição ao término da vigência contratual, devendo apenas ser assegurada a entrega de todos os relatórios e registros técnicos referentes aos serviços executados.

# 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução dos serviços de esterilização, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante simples apostilamento contratual, devidamente justificado e registrado.

6.3. Todas as comunicações formais entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se, quando apropriado, o uso de meio eletrônico institucional, desde que garanta rastreabilidade, integridade e autenticidade das mensagens.

6.4. A CONTRATANTE poderá convocar o preposto da CONTRATADA sempre que necessário para providências imediatas relativas à execução dos serviços ou à correção de não conformidades observadas durante a fiscalização.

6.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser convocado o representante técnico da CONTRATADA para reunião inicial de alinhamento, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização, contendo as obrigações contratuais, os mecanismos de controle, as estratégias de execução do serviço de esterilização, os parâmetros de qualidade, os métodos de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis, entre outras informações pertinentes.

## Preposto

6.6. A CONTRATADA deverá designar formalmente um preposto técnico, antes do início da prestação dos serviços, especificando seus poderes e responsabilidades quanto à execução técnica e administrativa do contrato, inclusive quanto à interlocução com o fiscal designado pela CONTRATANTE.

6.7. Não será exigida a presença física do preposto no local de execução durante todo o período de funcionamento do serviço, desde que a CONTRATADA mantenha canais de comunicação imediata e permanente com a CONTRATANTE, para pronta resolução de eventuais ocorrências.

6.8. A CONTRATANTE poderá recusar justificadamente a designação ou manutenção do preposto indicado pela CONTRATADA, caso identifique conduta inadequada, falta de qualificação técnica ou incompatibilidade funcional, devendo a CONTRATADA proceder à substituição imediata.

## Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidores designados como fiscais do contrato, observando-se as atribuições e competências previstas na legislação e neste instrumento.

## Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução dos serviços de esterilização, assegurando o cumprimento das condições técnicas, sanitárias e contratuais estabelecidas, de modo a garantir a eficácia e segurança do processo de Plasma de Peróxido de Hidrogênio.
- 6.11. O fiscal técnico registrará, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relevantes, como não conformidades, intercorrências técnicas, desvios de processo ou atrasos na execução, descrevendo as medidas corretivas adotadas.
- 6.12. Quando constatada inexistência ou irregularidade técnica, o fiscal técnico deverá notificar formalmente a CONTRATADA, estabelecendo prazo razoável para correção e acompanhando sua efetiva implementação.
- 6.13. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis para correção ou aplicação de sanções.
- 6.14. Ocorrendo fatores que possam comprometer a continuidade dos serviços de esterilização dentro dos prazos estabelecidos, o fiscal técnico deverá comunicar imediatamente o gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo oportuno, o término da vigência contratual, com vistas à renovação, prorrogação ou encerramento adequado, conforme o planejamento administrativo.
- 6.16. A fiscalização técnica compreenderá, adicionalmente, as seguintes rotinas:
- 6.16.1. Acompanhamento da validação dos equipamentos e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de Plasma de Peróxido de Hidrogênio;
- 6.16.2. Verificação trimestral da calibração de instrumentos e indicadores biológicos e químicos utilizados no controle do processo;
- 6.16.3. Entrega mensal de relatório técnico de execução, contendo a quantidade de ciclos realizados, tipos de materiais esterilizados, resultados dos testes de controle e registros de ocorrências, a ser anexado à nota fiscal para conferência e atesto.
- 6.17. A fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade técnica da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por irregularidades, falhas de processo, uso de material inadequado ou inobservância de normas sanitárias, não implicando corresponsabilidade da CONTRATANTE, de seus fiscais ou gestores.
- 6.18. As disposições deste Termo de Referência não excluem a aplicação das normas complementares previstas no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022, no que forem pertinentes à presente contratação.

## Fiscalização Administrativa

- 6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da CONTRATADA, bem como o acompanhamento de empenhos, pagamentos, garantias, glosas e eventuais apostilamentos ou aditivos, podendo solicitar documentos comprobatórios quando necessário.
- 6.20. Em caso de descumprimento contratual, o fiscal administrativo deverá atuar tempestivamente, comunicando o fato ao gestor do contrato para as providências cabíveis, especialmente quando a situação ultrapassar sua competência direta.

## Gestor do Contrato

- 6.21. Compete ao gestor do contrato:
- 6.21.1. Coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo o histórico de gerenciamento atualizado com registros formais de execução, ordens de serviço, ocorrências, alterações, prorrogações e relatórios de desempenho.
- 6.21.2. Acompanhar os registros dos fiscais técnico e administrativo, informando à autoridade competente eventuais situações que demandem decisão superior.
- 6.21.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhando o fluxo de empenho, liquidação e pagamento, e registrando eventuais riscos que possam comprometer o processo.
- 6.21.4. Emitir documento comprobatório de avaliação de desempenho, com base nos indicadores de qualidade, produtividade e conformidade técnica, bem como eventuais penalidades aplicadas, integrando o cadastro de atesto contratual.
- 6.21.5. Adotar as providências necessárias à instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, quando houver indícios de infrações contratuais.
- 6.21.6. Elaborar relatório final de execução contratual, contendo a análise da consecução dos objetivos, resultados obtidos e recomendações para aprimoramento dos serviços.
- 6.21.7. Encaminhar a documentação completa ao setor de contratos para fins de liquidação e pagamento, com base nas informações validadas pela fiscalização técnica e administrativa.
- 6.21.8. Receber e encaminhar imediatamente:
- 6.21.8.1. Denúncias de discriminação, assédio ou violência no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;
- 6.21.8.2. Notificações formais relativas ao descumprimento de obrigações trabalhistas por parte da CONTRATADA, encaminhadas por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

# 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A execução dos serviços de esterilização por plasma de peróxido de hidrogênio será avaliada por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme modelo previsto no Anexo deste Termo de Referência, observando os indicadores de desempenho, qualidade e conformidade técnica estabelecidos.
- 7.2. Constatadas irregularidades na execução contratual, serão aplicadas glosas ou retenções proporcionais no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas seguintes hipóteses:
- 7.2.1. não alcance dos resultados acordados;
- 7.2.2. inexecução total ou parcial, ou prestação dos serviços com qualidade inferior à exigida;

7.2.3. utilização inadequada ou insuficiente de equipamentos, insumos ou pessoal técnico necessários ao processo de esterilização.

7.3. A aplicação da Lista de Verificação Técnica e Operacional não exclui o uso de outros mecanismos de avaliação da qualidade do serviço e do cumprimento contratual.

## Do Recebimento

7.4. O recebimento dos serviços ocorrerá em duas etapas — provisória e definitiva — conforme a legislação vigente e os critérios técnicos e administrativos definidos pela CONTRATANTE.

7.5. O recebimento provisório será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante verificação da conformidade dos serviços de esterilização prestados, especialmente quanto à rastreabilidade dos ciclos, parâmetros físicos validados e documentação técnica emitida.

7.6. O prazo de recebimento provisório será contado a partir do protocolo de entrega da documentação comprobatória e da comunicação formal de conclusão dos serviços.

7.7. O fiscal técnico verificará o cumprimento dos requisitos de processo, integridade dos indicadores de esterilização, certificados de validação e registros de carga, emitindo termo detalhado.

7.8. O fiscal administrativo confirmará o cumprimento das exigências contratuais e documentais, incluindo notas fiscais, relatórios de coletas, transporte e devoluções.

7.9. Quando houver fiscal setorial, este avaliará simultaneamente os aspectos técnicos e administrativos da execução.

7.10. O período de faturamento será de 30 (trinta) dias, observando as medições e relatórios de desempenho apresentados.

7.11. Ao final de cada ciclo de faturamento, o fiscal técnico elaborará relatório contendo a análise da execução, desempenho e conformidade dos serviços, conforme indicadores definidos no IMR, podendo recomendar ajustes ou glosas.

7.12. Considera-se efetivado o recebimento provisório com a assinatura do respectivo termo detalhado.

7.13. Caso sejam identificados vícios, falhas de esterilização, inconformidades técnicas ou administrativas, a CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas, todas as correções, substituições ou repetições necessárias, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.14. O ateste final de execução e pagamento somente será emitido após a correção integral de todas as pendências registradas durante o recebimento provisório.

7.15. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove a total conformidade técnica, documental e operacional dos serviços prestados.

7.16. A CONTRATANTE poderá rejeitar, total ou parcialmente, os serviços que não estejam em conformidade com as especificações contratuais, normas sanitárias aplicáveis (em especial a RDC ANVISA nº 15/2012 e nº 156/2006) e o padrão de qualidade acordado.

7.17. O recebimento definitivo será formalizado mediante relatório consolidado da fiscalização técnica e administrativa, com indicação do desempenho da CONTRATADA, conformidade com o contrato e eventuais sanções aplicadas.

## Liquidação da Despesa

7.18. Recebida a Nota Fiscal/Fatura e a documentação comprobatória, a liquidação da despesa ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, conforme o art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.19. O setor competente verificará se a Nota Fiscal contém todos os elementos obrigatórios, incluindo:

I. prazo de validade e data de emissão;

II. identificação do contrato e do órgão contratante;

III. período de execução dos serviços;

IV. valor devido;

V. retenções tributárias aplicáveis.

7.20. Havendo erro ou inconsistência, a liquidação ficará suspensa até que a CONTRATADA regularize a documentação, sem ônus à Administração.

7.21. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme consulta ao SICAF ou documentos equivalentes, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22. Constatada irregularidade cadastral, a CONTRATADA será notificada para regularização em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis uma vez, sob pena de comunicação aos órgãos de controle e possível rescisão contratual, garantido o direito de defesa.

## Do Pagamento

7.23. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. Em caso de atraso imputável à Administração, o valor devido será atualizado monetariamente pelo IPCA, a partir do vencimento até a data do efetivo pagamento.

7.25. O pagamento será realizado por ordem bancária, em conta corrente indicada pela CONTRATADA, considerando-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem.

7.26. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas em lei, ressalvadas as hipóteses de isenção aplicáveis às empresas optantes pelo Simples Nacional, mediante comprovação válida.

## Reajuste

7.27. Os preços contratados permanecerão fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data-base do orçamento estimado, podendo ser reajustados após esse prazo conforme variação de custos comprovada e índices oficiais aplicáveis.

## Cessão de Crédito

7.28. A cessão de crédito decorrente deste contrato dependerá de prévia anuência da CONTRATANTE e será formalizada mediante termo aditivo,

condicionada à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do cessionário.

7.29. A cessão não altera a responsabilidade da CONTRATADA quanto à execução integral dos serviços de esterilização e ao cumprimento das obrigações contratuais.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, constitui infração administrativa, no âmbito da prestação dos serviços de esterilização de artigos médico-hospitalares por plasma de peróxido de hidrogênio, qualquer conduta da CONTRATADA que:

- a) Dê causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dê causa à inexecução parcial que resulte em grave prejuízo à CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços assistenciais de saúde ou ao interesse público;
- c) Dê causa à inexecução total do contrato;
- d) Retarde, sem justificativa, a execução ou a entrega de materiais esterilizados, comprometendo fluxos hospitalares críticos;
- e) Apresente documentação ou informações falsas durante a execução contratual;
- f) Pratique ato fraudulento na execução dos serviços de esterilização, coleta, transporte ou entrega;
- g) Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- h) Pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

8.2. As infrações acima descritas ensejarão a aplicação das seguintes sanções, observados o contraditório e a ampla defesa:

8.2.1. Advertência, quando a inexecução parcial não justificar penalidade mais severa;

8.2.2. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nas hipóteses das alíneas “b”, “c” e “d”, quando não couber penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nas hipóteses das alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, ou ainda nas alíneas “b”, “c” e “d” quando houver gravidade suficiente para tanto;

8.2.4. Multas administrativas, classificadas conforme segue:

- 8.2.4.1. Moratória adicional, para atrasos injustificados (alínea “d”), no valor de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre a parcela inadimplida, limitada a 10 dias;
- 8.2.4.1.1. Para atrasos superiores a 25 dias, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato por descumprimento, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- 8.2.4.2. Moratória adicional de 0,07% ao dia sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2%, pela não reposição tempestiva de garantia;
- 8.2.4.3. Compensatória, de 0,5% a 30% do valor da contratação, conforme gravidade, para as infrações das alíneas “e” a “h”;
- 8.2.4.4. Compensatória, de 0,5% a 30% para inexecução total (alínea “c”);
- 8.2.4.5. Compensatória, de 0,5% a 30% para inexecução parcial com grave dano (alínea “b”);
- 8.2.4.6. Compensatória, de 0,5% a 30% em substituição à multa moratória, para atrasos injustificados (alínea “d”);
- 8.2.4.7. Compensatória, de 0,5% a 30% para inexecução parcial (alínea “a”).

8.3. A aplicação de penalidades não exclui a obrigação da CONTRATADA de reparar integralmente os danos causados à CONTRATANTE.

8.4. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme o caso.

8.5. Será assegurado o direito à defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação formal.

8.6. Caso o valor das multas e indenizações supere o montante devido à CONTRATADA, a diferença será abatida da garantia contratual ou cobrada judicialmente.

8.7. O pagamento das multas deverá ser efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da penalidade.

8.8. As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo regular, com observância ao art. 158 da Lei nº 14.133/2021, assegurando contraditório e ampla defesa.

8.8.1. As notificações e comunicações oficiais serão enviadas para os endereços eletrônicos informados na proposta e/ou cadastrados no SICAF, os quais serão considerados de uso contínuo e válido.

8.9. Na dosimetria das penalidades, serão observados:

- a) a natureza e gravidade da infração;
- b) as circunstâncias do caso concreto;
- c) fatores atenuantes e agravantes;
- d) os prejuízos causados à CONTRATANTE;
- e) a existência de programa de integridade efetivo.

8.10. Infrações administrativas que também configurem atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013 serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da legislação aplicável.

8.11. A desconsideração da personalidade jurídica poderá ser aplicada em caso de abuso de direito, fraude, confusão patrimonial ou uso indevido da empresa para prática de ilícitos, estendendo-se as penalidades aos sócios e administradores, conforme análise jurídica prévia.

8.12. A CONTRATANTE deverá registrar as sanções aplicadas no CEIS, CNEP e SICAF, em até 15 (quinze) dias úteis após a penalidade.

8.13. As sanções de e são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. Débitos da CONTRATADA decorrentes de multas ou indenizações poderão ser compensados com valores devidos em outros contratos administrativos, conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de Dispensa Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.024/2019, sob forma eletrônica com disputa por lances, adotando-se o critério de julgamento menor preço.

### 9.2. Regime de Execução

O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### 9.3. Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, o interessado deverá comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com validade nacional.

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial).

9.6. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, com verificação de autenticidade no portal oficial governamental.

9.7. Sociedade empresária / SLU / EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado, com comprovação dos administradores.

9.8. Sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, devidamente publicada e arquivada.

9.9. Sociedade simples: ato constitutivo registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, com identificação dos administradores.

9.10. Filial / sucursal / agência: ato constitutivo cadastrado no registro competente e averbação junto à matriz.

9.11. Cooperativa: ata de fundação, estatuto social e registro conforme a Lei nº 5.764/1971.

9.12. Consórcio: contrato ou compromisso de constituição registrado, com indicação da empresa líder.

9.13. Todos os documentos devem conter suas alterações ou versão consolidada atualizada.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso.

9.15. Prova de regularidade fiscal com a União (certidão conjunta RFB / PGFN).

9.16. Regularidade com o FGTS.

9.17. Certidão de débitos trabalhistas (CNDT ou positiva com efeito de negativa).

9.18. Inscrição municipal ou distrital de contribuintes, compatível com o objeto.

9.19. Regularidade com a Fazenda Municipal / Distrital.

9.20. Se isento de impostos, declaração formal da Fazenda competente.

9.21. O MEI participante fica dispensado da prova de inscrições estadual/municipal, conforme a LC nº 123/2006.

#### Qualificação Técnica

9.22. O licitante deverá apresentar comprovação de capacidade técnica com os seguintes requisitos:

- 9.22.1. Experiência em serviços de esterilização de artigos médico-hospitalares, preferencialmente com plasma de peróxido de hidrogênio;
- 9.22.2. Equipamentos certificados e instalações compatíveis com normas sanitárias;
- 9.22.3. Profissionais habilitados e treinados em biossegurança e rastreabilidade;
- 9.22.4. Procedimentos validados de controle de ciclo, acondicionamento e rastreamento dos materiais;
- 9.22.5. Capacidade operacional para execução contínua dentro dos prazos definidos.

#### Qualificação Técnico-Operacional

9.23. Comprovação de aptidão por meio de atestados técnicos ou certidões de execução de serviços similares, prestados por entidades públicas ou privadas, ou por órgãos competentes.

9.23.1. Os atestados devem abranger serviço equivalente em complexidade tecnológica e operacional, com duração mínima de 01 (um) ano (ou somatório de períodos).

9.23.2. Podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

9.23.3. O licitante deverá fornecer meios de comprovação (contrato, nome do contratante, local de execução).

9.23.4. Os atestados devem referir-se a atividade vinculada ao objeto contratual.

#### Qualificação Técnico-Profissional

9.26. Apresentação de profissional ou responsáveis técnicos com registro profissional compatível (ex.: farmacêutico, biomédico, técnico em esterilização) e experiência mínima de 2 (dois) anos em serviços de esterilização hospitalar.

9.27. O profissional habilitado deverá participar efetivamente da execução do serviço, podendo ser substituído por profissional equivalente, desde que aprovado pela Administração (art. 67, § 6º da Lei 14.133/2021).



- 9.28. Não serão aceitos atestados de técnicos que tenham sido penalizados conforme incisos III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021.
- 9.29. Os atestados técnicos poderão ser emitidos pela matriz ou pela filial.

#### Disposições gerais sobre habilitação

- 9.30. Empresas estrangeiras poderão apresentar documentos em tradução livre.
- 9.31. Para assinatura contratual, documentos devem ser traduzidos por tradutor juramentado e apostilados ou consularizados.
- 9.32. Documentos não poderão indicar CNPJ/CPF divergentes, salvo exceções legais.
- 9.33. Documentos deverão estar em nome da matriz ou filial proponente, exceto atestados de capacidade técnica, nos casos previstos.
- 9.34. Admite-se diferença nos documentos fiscais entre matriz e filial se comprovada centralização de recolhimentos

#### Documentação complementar para cooperativas

- 9.35. Se admitida a participação de cooperativas, deverão apresentar:
- 9.36.1. Relação de cooperados que executarão o contrato, com provas de habilitação;
- 9.36.2. Declaração de regularidade individual (DRSCI) por cooperado;
- 9.36.3. Comprovação de capital social proporcional;
- 9.36.4. Registro legal conforme Lei nº 5.764/1971;
- 9.36.5. Comprovação de integralização de quotas pelos cooperados;
- 9.36.6. Atas e estatutos sociais devidamente registrados;
- 9.36.7. Auditoria contábil-financeira recente ou declaração formal de dispensa conforme art. 112 da Lei 5.764/1971.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 133.849,70 (cento e trinta e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos no Anexo deste documento.
- 10.2. Em atendimento às diretrizes para elaboração de pesquisa de preços, conforme parâmetros definidos nos normativos vigentes, apresenta-se a justificativa técnica para a adoção do Parâmetro IV – Pesquisa Direta com Fornecedores, em virtude da inviabilidade de aplicação dos Parâmetros I, II e III, conforme segue:

1. Parâmetro I – Pannel de Preços ou Banco de Preços em Saúde: Durante a busca nos sistemas oficiais de consulta de preços (Painel de Preços e Banco de Preços em Saúde), não foi localizado o item de forma específica, encontrando-se apenas o CATSERV geral (14273 - Esterilização - reprocessamento de artigo /instrumento médico cirúrgico), o qual não contempla as especificações técnicas e particularidades do objeto pretendido. Assim, a utilização desse parâmetro não refletiria adequadamente o valor de mercado do item em questão.
2. Parâmetro II – Contratações Similares pela Administração Pública: Não foram identificadas contratações similares em execução ou concluídas nos últimos 12 (doze) meses que pudessem servir de base comparativa, devido à especificidade do item e à ausência de registros equivalentes em sistemas oficiais de contratações públicas.
3. Parâmetro III – Mídia Especializada e Sítios Eletrônicos: Foram realizadas consultas em mídias especializadas e sítios eletrônicos de domínio amplo, contudo, não foram encontradas publicações ou tabelas de referência atualizadas que apresentassem dados compatíveis com o item objeto desta pesquisa.

Diante do exposto, restou aplicável o Parâmetro IV – Pesquisa Direta com Fornecedores, conforme previsto na norma, por meio de solicitação formal de cotação a, no mínimo, três fornecedores do ramo, observando-se a atualização das propostas em período não superior a seis meses anteriores à data de divulgação do edital.

Tal procedimento visa assegurar a fidedignidade, atualidade e representatividade dos valores obtidos, garantindo a observância dos princípios da economicidade, eficiência e transparência administrativa.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade;
- II) Fonte de recursos;
- III) Programa de trabalho;
- IV) Elemento de despesa; e
- V) Plano interno.

- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1.As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Recife, de de 2026.

ANNAYZA PRISCILLA DE MORAES VELOSO

Segundo-Tenente (RM2-S)

Requisitante

## 13. ANEXO I

### ANEXO I

#### 13. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, constante neste Anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.1.3.1.referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### 13.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.2. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

13.2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

13.2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

13.2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

13.2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

13.2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

13.2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

13.2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

13.2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

13.2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### 13.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

#### 13.3.1. São obrigações do Contratante:

13.3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

13.3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

13.3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

13.3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

13.3.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 10 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

13.3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

13.3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

13.3.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13.3.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e /ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

13.3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 13.4 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.4.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.4.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.4.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.4.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

13.4.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.4.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

13.4.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 4.1.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.4.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

13.4.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.4.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.4.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.4.10. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.4.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.4.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.4.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

13.4.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.4.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.4.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

13.4.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

13.4.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

13.4.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

13.4.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

13.4.21. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

13.4.22. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.4.23. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.4.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

13.4.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 13.4.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 13.4.27. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 13.4.28. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 13.4.29. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 13.4.30. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 13.4.31. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 13.4.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 13.4.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 13.4.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 13.4.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 13.4.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

### 13.5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 13.5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 13.5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 13.5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 13.5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 13.5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 13.5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 13.5.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 13.5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 13.5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 13.5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 13.5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 13.5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 13.5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### 13.6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.6. .1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

13.6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

13.6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

13.6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.5.3. Indenizações e multas.

13.6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### 13.7. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 13.8. ALTERAÇÕES

13.8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

13.8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 13.9. FORO

Fica definido o Foro da Justiça Federal em Pernambuco., Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* **OU** *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão /Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANNAYZA PRISCILLA DE MORAES VELOSO**

Responsável pela contratação direta

**ARNALDO OLIVEIRA DE JESUS**

Autoridade competente